

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]/202[●]

**CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RELATIVOS À REFORMA, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL ÁGUAS QUENTES, LOCALIZADO EM SANTO ANTÔNIO DO
LEVERGER, ESTADO DE MATO GROSSO**

ÍNDICE

PARTE I – PREÂMBULO	3
1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO	5
PARTE III – REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA.....	11
2. OBJETO DA CONCORRÊNCIA.....	11
3. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME	12
4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....	13
5. IMPUGNAÇÕES.....	14
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	15
7. VISITA TÉCNICA	16
8. CONSÓRCIOS.....	17
9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	19
10. CREDENCIAMENTO	22
11. PROPOSTA COMERCIAL	23
12. GARANTIA DE PROPOSTA	25
13. HABILITAÇÃO.....	29
14. COMISSÃO DE LICITAÇÃO	37
15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS.....	38
16. JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	42
17. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	44
18. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO	45
19. CONCESSIONÁRIA	47
20. CONTRATO	48
21. PRAZO DA CONCESSÃO	48
22. VALOR DO CONTRATO.....	48
23. DISPOSIÇÕES GERAIS	49
PARTE IV – ANEXOS AO EDITAL.....	51



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]/201[●]

PARTE I – PREÂMBULO

O Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, torna públicas, por meio do presente Edital de Concorrência Pública nº [●]/202[●], oriundo do processo administrativo nº [●]/202[●], as condições da licitação, na modalidade de concorrência, com critério **Leverger**, Estado de Mato Grosso, pelo prazo de **30 (trinta) anos**, de julgamento de **maior oferta pela outorga**, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a celebração de Contrato de Concessão para a Execução de Obras, Manutenção e Operação do Parque Estadual Águas Quentes, localizado no Município de Santo Antônio do

A presente Concorrência será regida pelas regras previstas neste Edital e nos seus Anexos; pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; pela Lei Estadual nº 9.641/11; pela Lei Estadual nº [●], de [●] de [●] de 202[●] e demais normas vigentes sobre a matéria. As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este Edital deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as modifiquem ou substituam.

A Concessão aqui referida foi autorizada pela Lei Estadual nº [●], publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº [●], de [●], [●], de 202[●], instrumento legal que estabeleceu as condições e os procedimentos de delegação e outorga, e foi precedida do Termo de Referência nº 013-2019, relativo à contratação de consultoria para a realização de estudos para a modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a Concessão do Parque Estadual Águas Quentes, localizado em Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso.

A presente licitação foi precedida da realização de audiência pública em [●] de [●] de 202[●], informada ao público por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº [●], de [●] de [●] de 202[●] e no sítio eletrônico [●].



Os documentos, incluindo o Edital e respectivos Anexos, foram postos em consulta pública no período de [●] de [●] de 202[●] até [●] de [●] de 202[●], informada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº [●], de [●] de [●] de 202[●] e no sítio eletrônico [●]. Tais documentos poderão ser obtidos, ainda, em mídia eletrônica, na [●], situada na [●], na Rua [●], nº [●], bairro [●], na cidade de Cuiabá/MT, de [●]h às [●]h, condicionada à apresentação de mídia com capacidade suficiente para armazenamento dos arquivos (CD/DVD, *pendrive* ou HD externo), incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas neste Edital.

O Estado de Mato Grosso não se responsabiliza pelo conteúdo do Edital obtido ou conhecido de forma e local diversos do disposto acima, sendo de responsabilidade dos interessados o acompanhamento e divulgação dos comunicados emitidos pelo Estado de Mato Grosso por meio da imprensa oficial, não sendo aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor dos documentos disponibilizados.

Eventuais retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por impugnações, obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pela imprensa oficial, da mesma forma em que se deu a publicidade do presente Edital.

As propostas e demais documentos necessários à participação na concorrência serão recebidos no dia [●] de [●] de 202[●], de [●]h até às [●]h, na [●], na Rua [●], nº [●], bairro [●], na cidade de Cuiabá/MT, fone [●]. A abertura dos envelopes, obedecido o procedimento disposto neste Edital, será realizada em sessão pública a iniciar-se às [●]h, do dia [●] de [●] de 202[●], no mesmo endereço.

Cuiabá/MT, [●] de [●] de 202[●].

Mauro Mendes

Governador do Estado de Mato Grosso



PARTE II – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1.1. Para os fins do presente Edital e de seus Anexos, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, todos os termos e expressões empregados em letras maiúsculas, tanto na forma singular quanto no plural, são assim definidos:

(i) **ADJUDICATÁRIA:** PROPONENTE declarada vencedora da licitação pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, após a homologação da licitação pelo Governador do Estado de Mato Grosso;

(ii) **ANEXO:** cada um dos documentos anexos ao EDITAL ou ao CONTRATO, conforme o caso, seguido da sua denominação;

(iii) **ATIVIDADE(S) RELACIONADA(S) ou ATRATIVO(S):** qualquer atividade, projeto ou empreendimento associado ao objeto da CONCESSÃO explorada pela CONCESSIONÁRIA na forma deste CONTRATO, inclusive aquelas relacionadas ao COMPLEXO HOTELEIRO;

(iv) **BENS REVERSÍVEIS:** bens móveis e imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS, sejam eles fornecidos pelo PODER CONCEDENTE ou construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, os quais deverão ser revertidos para o patrimônio do PODER CONCEDENTE após o término da vigência da CONCESSÃO, sem quaisquer ônus, ressalvadas as hipóteses de extinção antecipada ou de novos investimentos, conforme descrito no CONTRATO;

(v) **CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:** fato imprevisível, cujos efeitos não podem ser evitados ou impedidos, conforme prevê o Parágrafo Único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que afete as atividades compreendidas na CONCESSÃO;



- (vi) **COMISSÃO DE LICITAÇÃO:** comissão especial instituída pela [●], publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº [●], de [●] de [●] de 202[●], responsável pela condução do procedimento licitatório e por receber, examinar e julgar todos os documentos da **CONCORRÊNCIA**;
- (vii) **COMPLEXO HOTELEIRO:** Hotel Mato Grosso Águas Quentes localizado no interior do Parque Estadual Águas Quentes;
- (viii) **CONCESSÃO:** concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, de acordo com a Lei Federal nº 8.987/95, cujo escopo é a execução das **OBRAS** e prestação dos **SERVIÇOS** visando à exploração do **PARQUE ESTADUAL**;
- (ix) **CONCESSIONÁRIA:** SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, a ser constituída pela **PROPONENTE** vencedora da licitação de acordo com as leis brasileiras, com a finalidade exclusiva de executar a **CONCESSÃO**, com a qual será celebrado o **CONTRATO**;
- (x) **CONCORRÊNCIA:** Concorrência Pública nº [●]/201[●] instaurada pelo **EDITAL**;
- (xi) **CONSÓRCIO:** grupo constituído por pessoas jurídicas, sob o mesmo controle ou não, que se reúnem para participar da licitação na condição de **PROPONENTE**, as quais respondem pelo cumprimento das obrigações decorrentes da licitação e vinculam-se pelo **TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE**, nos termos da legislação em vigor e deste **EDITAL**;
- (xii) **CONTRATO:** é o contrato de **CONCESSÃO** formalizado entre o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**, cuja minuta integra o **ANEXO I - Minuta do Contrato de Concessão e Anexos**;
- (xiii) **CONTROLADA:** qualquer pessoa jurídica cujo **CONTROLE** é exercido por outra pessoa;



- (xiv) **CONTROLADORA:** qualquer pessoa que exerça **CONTROLE** sobre outra pessoa jurídica;
- (xv) **CONTROLE:** o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente para: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa;
- (xvi) **DATA DE EFICÁCIA:** data em que o **CONTRATO** tornar-se-á plenamente eficaz, iniciando o fluxo do prazo da **CONCESSÃO**, após o cumprimento de todas as condições de eficácia;
- (xvii) **DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:** documentos apresentados no **ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**, que demonstram a outorga dos poderes de representação das **PROPONENTES** ou **CONSÓRCIOS** aos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS**;
- (xviii) **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** conjunto de documentos arrolados no **EDITAL**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **PROPONENTES** para comprovação dos requisitos relativos à fase de habilitação do certame;
- (xix) **EDITAL:** Edital da **CONCORRÊNCIA** e todos os seus **ANEXOS**;
- (xx) **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** garantia do cumprimento das obrigações do **CONTRATO**, a ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE** durante toda a vigência da **CONCESSÃO**, nos montantes e nos termos definidos no **CONTRATO**;
- (xxi) **GARANTIA DE PROPOSTA:** garantia oferecida pela **PROPONENTE** para assegurar a manutenção da **PROPOSTA COMERCIAL** apresentada e a assinatura do **CONTRATO**;



(xxii) **LAVRA:** a lavra mineral das águas do PARQUE ESTADUAL, que foram concedidas à empresa METAMAT através da Portaria de Lavra nº 240/93 e cedidas a terceiro por meio do Processo DNPM nº 808.793/73;

(xxiii) **OBRAS:** obras e atividades de engenharia e construção, referentes à reforma e manutenção do PARQUE ESTADUAL, assim como de suas estruturas, necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO, conforme definidas, descritas e caracterizadas no ANEXO K do CONTRATO;

(xxiv) **ORDEM DE SERVIÇO:** ordem de serviço a ser emitida pelo PODER CONCEDENTE para que a CONCESSIONÁRIA inicie a execução da CONCESSÃO.

(xxv) **OUTORGA FIXA:** valor ofertado na PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela CONCESSIONÁRIA durante o certame licitatório ou o valor do lance ganhador apresentado verbalmente pela CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, o qual deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO;

(xxvi) **OUTORGA VARIÁVEL:** valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, calculado em percentual da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA com a cobrança de PASSES, TARIFAS e INGRESSOS dos USUÁRIOS, bem como com a exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS;

(xxvii) **PARQUE ESTADUAL:** Parque Estadual Águas Quentes, localizado no município de Santo Antônio do Leverger/MT, instituído pelo Decreto Estadual n. 1.240/78, no qual serão implantadas as OBRAS e prestados os SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, incluindo o COMPLEXO HOTELEIRO, compreendido pelos locais e imóveis definidos no ANEXO III – Limites Territoriais da Concessão, todos de propriedade do Estado de Mato Grosso;

(xxviii) **PARTES:** PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA;



(xxix) **PASSES, TARIFAS E INGRESSOS:** passes, tarifas e ingressos cobrados dos **USUÁRIOS** pela **CONCESSIONÁRIA** para: (i) a estadia no **COMPLEXO HOTELEIRO**; e (ii) a utilização de eventuais atrativos extraordinários, bem como serviços adicionais instalados no **PARQUE ESTADUAL**, incluindo, sem se limitar, àqueles relativos a atividades de ecoturismo, oferecidos em áreas especiais;

(xxx) **PLANO DE NEGÓCIOS:** documento apresentado pela **ADJUDICATÁRIA**, não vinculativo, o qual conterá todas as premissas, variáveis e outras informações referentes à modelagem econômico-financeira.

(xxxi) **PODER CONCEDENTE:** Estado de Mato Grosso, cujas competências serão exercidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

(xxxii) **PROPONENTE:** qualquer pessoa jurídica, isoladamente, ou **CONSÓRCIO**, que participe da **CONCORRÊNCIA**, de acordo com o disposto neste **EDITAL**;

(xxxiii) **PROPOSTA(S) COMERCIAL(IS):** proposta apresentada na forma do modelo constante do **ANEXO IV – Modelo de Proposta**;

(xxxiv) **RECEITA BRUTA:** receita bruta da **CONCESSIONÁRIA** auferida em virtude da exploração da **CONCESSÃO**;

(xxxv) **REPRESENTANTES CREDENCIADOS:** pessoas autorizadas a representar os **PROPONENTES** nos atos relacionados à **CONCORRÊNCIA**;

(xxxvi) **SERVIÇOS:** atividades de manutenção e operação do **PARQUE ESTADUAL**, conforme definidas, descritas e caracterizadas no **ANEXO K** do **CONTRATO**.

(xxxvii) **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** ou **SPE:** sociedade de propósito específico a ser constituída pela **ADJUDICATÁRIA**, sob a forma de sociedade por ações, que celebrará o **CONTRATO** com o **PODER CONCEDENTE**;

(xxxviii) SUBCONTRATADO: pessoa indicada pela CONCESSIONÁRIA para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do objeto da CONCESSÃO;

(xxxix) TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE: documento, elaborado de acordo com as exigências do EDITAL, a ser apresentado pelas PROPONENTES individuais ou reunidas em CONSÓRCIO, na forma do modelo constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações, por meio do qual se comprometem a constituir a SPE caso saírem-se vencedoras da licitação;

(xl) USUÁRIOS: pessoas que visitarão e utilizarão do PARQUE ESTADUAL e/ou fruirão das atrações disponíveis;

(xli) VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.624.186,00 (vinte milhões seiscentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e seis reais), calculado com base no valor estimado para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS;

1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

(i) referências ao EDITAL devem incluir todos os documentos dele integrantes e inclusive as respostas a eventuais esclarecimentos ao EDITAL;

(ii) referências ao CONTRATO ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;

(iii) os títulos dos capítulos e dos itens do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;

(iv) no caso de divergência entre o EDITAL, CONTRATO e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no CONTRATO;

(v) no caso de divergência entre o CONTRATO e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no CONTRATO;



(vi) no caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE;

(vii) no caso de extinção de qualquer dos índices de reajuste previstos no CONTRATO, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir. Caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as PARTES deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser utilizado; e

(viii) as referências aos horários se referem ao horário oficial de Brasília.

PARTE III – REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA

2. OBJETO DA CONCORRÊNCIA

2.1. O objeto da CONCORRÊNCIA regulada pelo presente EDITAL é a CONCESSÃO para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS relativos à revitalização, manutenção e operação do PARQUE ESTADUALd no ANEXO III – Limites Territoriais da Concessão, todos de propriedade do Estado de Mato Grosso, de forma que a CONCESSÃO se dará em relação à totalidade de referida área, independentemente de sua atual destinação pelo PODER CONCEDENTE.

2.2. A operação e manutenção do PARQUE ESTADUAL deverá (i) prover aos USUÁRIOS um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, eficiência e segurança; e (ii) assegurar o adequado manejo e controle da fauna e da flora, inclusive as águas contidas dentro do PARQUE ESTADUAL que são objeto da LAVRA, garantindo o seu bem-estar e higidez, seguindo as diretrizes técnicas e especificações constantes deste EDITAL e seus ANEXOS e demais normas aplicáveis à atividade.



2.3. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade na operação e manutenção do PARQUE ESTADUAL, respeitadas as especificações deste EDITAL e seus ANEXOS, celebrados em comum acordo com o PODER CONCEDENTE, ficando a seu critério estabelecer (i) os horários de funcionamento dos atrativos instalados no PARQUE ESTADUAL; (ii) os preços e valores de tarifas para a estadia no COMPLEXO HOTELEIRO; e (iii) os preços e valores de ingressos e passes para a utilização de eventuais atrativos instalados no PARQUE ESTADUAL, incluindo, sem se limitar, àqueles relativos à atividades de ecoturismo, de forma a possibilitar a geração de receitas necessárias à consecução do objeto contratado, respeitada a legislação aplicável de tutela quanto às gratuidades e meia entrada.

2.4. Além da atividade de ecoturismo e demais relacionadas, fica, desde logo, autorizada a exploração pela CONCESSIONÁRIA, por si ou por terceiros, no PARQUE ESTADUAL, a seu exclusivo critério, de outras atividades complementares ao objeto da CONCESSÃO, K tais como, mas não limitadas a e respeitando as disposições contidas no Anexo K – Caderno de Encargos da Concessionária:

- (i) Locação de espaços e edificações;
- (ii) Exploração de equipamentos e instalações publicitários;
- (iii) Exploração direta e/ou indireta de atividades comerciais;
- (iv) Realização de eventos de natureza artística, cultural, desportiva e outros;
- (v) Exploração de atividades desportivas, de aventura ou ao ar livre;
- (vi) Exploração de serviços de estacionamento e guarda de veículos; e
- (vii) Exploração de instalações para serviços de gastronomia.

3. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME

3.1. O EDITAL, seus ANEXOS e demais documentos, informações, estudos e projetos poderão ser obtidos nas formas e locais indicados no Preâmbulo.



3.2. A obtenção de quaisquer documentos de maneira diversa daquela indicada no presente EDITAL não gera qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE.

3.3. A participação na CONCORRÊNCIA pressupõe a aceitação de todos os termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS, inclusive o CONTRATO, além de todas as demais normas aplicáveis à CONCORRÊNCIA.

3.4. As PROPONENTES são exclusivamente responsáveis pela análise direta das atuais condições do PARQUE ESTADUAL, assim como de todos os dados e informações sobre a exploração da CONCESSÃO.

3.5. As PROPONENTES são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCORRÊNCIA e à CONCESSÃO.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos sobre o EDITAL, deverá solicitá-los à COMISSÃO DE LICITAÇÃO até as [●]h, do dia [●] de [●] de 202[●], da seguinte forma:

(i) por meio de correspondência dirigida ao endereço eletrônico [●], acompanhada do arquivo digital contendo as questões formuladas, em formato “.pdf”; ou

(ii) por meio de correspondência protocolada na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua A, nº 9, bairro Centro Político Administrativo, na cidade de Cuiabá/MT, contendo as questões formuladas, impressa e em meio digital, com o respectivo arquivo gravado em formato “.pdf”.

4.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO não responderá a questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no item 4.1 acima.



4.3. As respostas da COMISSÃO DE LICITAÇÃO aos referidos esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico [●], sem a identificação dos autores, até às [●]h do dia [●] de [●] de 202[●].

4.4. Cópias das atas de esclarecimentos sobre o EDITAL também poderão ser retiradas na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, condicionada à apresentação de mídia com capacidade suficiente para armazenamento dos arquivos (CD/DVD, *pendrive* ou HD externo).

4.5. Todas as correspondências referentes ao EDITAL enviadas à COMISSÃO DE LICITAÇÃO serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto as recebidas após às 18h, inclusive no caso de correspondências dirigidas ao endereço eletrônico, que serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.

4.6. Todas as respostas da COMISSÃO DE LICITAÇÃO aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos desta seção constarão de atas, que serão consideradas partes integrantes deste EDITAL.

4.6.1. Os esclarecimentos prestados serão consolidados em um único documento, que figurará como anexo ao CONTRATO que será celebrado.

5. IMPUGNAÇÕES

5.1. Eventual impugnação do EDITAL deverá ser dirigida ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e protocolada na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua A, nº 9, bairro Centro Político Administrativo, na cidade de Cuiabá/MT.

5.1.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o EDITAL até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, ou seja, até às [●]h do dia [●] de [●] de 201[●], hipótese em que a COMISSÃO DE LICITAÇÃO deverá julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.



5.1.2. As PROPONENTES poderão impugnar o EDITAL até o segundo dia útil antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, ou seja, até às [●]h do dia [●] de [●] de 201[●], hipótese em que a impugnação não impedirá a participação da impugnante na CONCORRÊNCIA até o trânsito em julgado da respectiva decisão, nos termos dos § 2º e 3º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.2. A impugnação do EDITAL deverá ser instruída com cópia do documento de identidade do seu signatário, quando feita por pessoa física ou com comprovação dos poderes de representação legal do signatário, quando apresentada por pessoa jurídica. No caso de CONSÓRCIO, a impugnação deverá ser assinada pelo representante da empresa líder e deverá estar acompanhada de procurações outorgadas pelas demais consorciadas com poderes para tanto.

5.3. Todas as respostas da COMISSÃO DE LICITAÇÃO às impugnações realizadas nos termos desta seção constarão de atas, que serão consideradas partes integrantes deste EDITAL.

5.4. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam respondidas as impugnações existentes. Apresentadas as respostas devidas, a sessão pública de entrega dos envelopes será realizada na data indicada nos itens acima, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL dispostos no Preâmbulo.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da CONCORRÊNCIA, nos termos deste EDITAL, pessoas jurídicas, isoladamente ou em CONSÓRCIO.

6.2. Não poderão participar da CONCORRÊNCIA, isoladamente ou em CONSÓRCIO, direta ou indiretamente:



- (i) pessoas jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- (ii) pessoas jurídicas suspensas temporariamente de participar em licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública; e/ou
- (iii) pessoas jurídicas cujos sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos sejam ou tenham sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do EDITAL, servidores de órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do PODER CONCEDENTE, ou agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

7. VISITA TÉCNICA

7.1. As PROPONENTES poderão efetuar visita técnica ao local do PARQUE ESTADUAL, especialmente para avaliar a área, equipamentos e instalações existentes, notadamente o COMPLEXO HOTELEIRO, com a finalidade de obter avaliação própria do dimensionamento e da natureza do objeto da CONCESSÃO, bem como para obter quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS.

7.2. A visita técnica será facultativa para a finalidade de habilitação das PROPONENTES. Caso realizada a visita técnica, deverá ser apresentado atestado de visita técnica, a ser devidamente concedido pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

7.2.1. As PROPONENTES que não realizarem a visita técnica, por qualquer razão que seja, deverão fornecer declaração, constante no Anexo II – Modelos de Cartas e Declarações, de que estão cientes de toda a situação do PARQUE ESTADUAL, incluindo seus passivos e ativos de todo o tipo, e que nada tem a reclamar quanto à situação em que o PARQUE ESTADUAL se encontrava quando da CONCESSÃO, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilidade neste sentido.



7.3. As visitas técnicas serão acompanhadas por representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e os interessados deverão solicitar o agendamento da visita, mediante requerimento por escrito, a ser encaminhado à COMISSÃO DE LICITAÇÃO até o dia [●] de [●] de 201[●], que deverá conter as seguintes informações:

- (i) Número desta CONCORRÊNCIA;
- (ii) Razão social da PROPONENTE ou identificação do CONSÓRCIO;
- (iii) Endereço;
- (iv) Fone/Fax;
- (v) E-mail;
- (vi) Qualificação dos representantes da PROPONENTE que comparecerão à visita técnica.

7.4. O agendamento deverá ser realizado pelos mesmos canais indicados no item 4.1.

7.5. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO receberá os requerimentos para realização da visita técnica, comprometendo-se a informar às PROPONENTES, com antecedência de 05 (cinco) dias, o local e a data para encontro e realização de cada visita técnica.

7.6. As visitas técnicas ocorrerão entre os dias [●] e [●], conforme o volume de requerimentos das PROPONENTES.

7.7. Na visita técnica, será permitida a participação de até 3 (três) representantes por PROPONENTE.

8. CONSÓRCIOS

8.1. Caso a PROPONENTE participe por meio de CONSÓRCIO, as regras da presente seção deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no EDITAL.



8.1.1. A PROPONENTE deverá apresentar instrumento público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo o seguinte conteúdo mínimo:

- a) denominação e objetivo do CONSÓRCIO;
- b) indicação da empresa-líder, nos termos do art. 33, §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cuja participação social deverá ser igual ou maior que a participação social de qualquer uma das demais consorciadas isoladamente;
- c) participação de cada uma das consorciadas no CONSÓRCIO;
- d) vedação à participação de uma mesma consorciada (incluindo suas coligadas, CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou outra sociedade sob controle comum) em mais de um CONSÓRCIO, bem como de qualquer outro arranjo empresarial que resulte na apresentação de mais de uma proposta por uma mesma consorciada; e
- e) assunção de responsabilidade solidária entre as consorciadas perante o PODER CONCEDENTE, pelos atos praticados no âmbito da CONCORRÊNCIA, responsabilidade essa que cessará no caso de o CONSÓRCIO ter sido o proponente vencedor, até a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, e/ou no caso de o CONSÓRCIO não ter sido a PROPONENTE vencedora, em até 20 (vinte) dias contados da publicação do resultado da CONCORRÊNCIA no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.1.2. Cada consorciada deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista contidas no EDITAL.

8.1.3. O CONSÓRCIO poderá ser composto de, no máximo, 4 (quatro) consorciadas.

8.1.4. Nenhuma consorciada poderá participar de mais de um CONSÓRCIO, ainda que por intermédio de suas afiliadas, controladas, controladoras, sócios ou dirigentes.



8.1.5. Caso uma pessoa jurídica participe de um CONSÓRCIO, ficará ela impedida de participar isoladamente da CONCORRÊNCIA.

8.1.6. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração dos percentuais de participação das consorciadas no período compreendido entre a data de entrega dos envelopes e a data de assinatura do CONTRATO.

9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues, pessoalmente, no dia [●] de [●] de 201[●], de [●]h até às [●]h, na [●], na Rua [●], nº [●], bairro [●], na cidade de Cuiabá/MT, conforme disposto no Preâmbulo, em 3 (três) envelopes lacrados, cada um com a seguinte identificação em sua parte externa:

(i) ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE INDIVIDUAL OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

(ii) ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL

CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL.



DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE INDIVIDUAL OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

(iii) ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE INDIVIDUAL OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

9.2. Os documentos contidos em cada um dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) única via, encadernada, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

9.2.1. Cada caderno conterá página com termo de encerramento próprio, que será numerada.

9.2.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada.

9.2.3. É dispensada a autenticação de documentos emitidos pela internet, desde que haja meios para a conferência de autenticidade por parte da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

9.2.4. Cada envelope deverá conter uma cópia eletrônica de seu conteúdo, em formato “.pdf”, apresentado em CD/DVD ou *pendrive*.

9.3. Todos os documentos com modelos disponibilizados no ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações deverão ser apresentados conforme o respectivo modelo, sem qualquer alteração, salvo se o contrário estiver disposto neste EDITAL, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

9.4. Todos os documentos que se relacionam à CONCORRÊNCIA deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma pelo qual será compreendida e interpretada toda a documentação apresentada.

9.5. Salvo disposição expressa em contrário neste EDITAL, não é necessário o reconhecimento da firma dos signatários dos documentos apresentados pelas PROPONENTES.

9.6. Não será admitida a entrega dos documentos da CONCORRÊNCIA por via postal ou qualquer outro meio que não o previsto acima.

9.7. As PROPONENTES são responsáveis por todos os custos e esforços relacionados à preparação e à apresentação dos DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, isentando-se o PODER CONCEDENTE, em qualquer hipótese, pelos custos correspondentes, quaisquer que sejam os procedimentos adotados na CONCORRÊNCIA ou seus resultados.

9.8. A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública a iniciar-se às [●]h, do dia [●] de [●] de 201[●], no mesmo endereço disposto no Item 9.1 deste EDITAL, observadas as regras e procedimento do Item 15 deste EDITAL.

9.9. A prática de atos pelas PROPONENTES deverá observar o cronograma estabelecido para cada etapa da CONCORRÊNCIA, ficando precluso o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da CONCORRÊNCIA, salvo nas hipóteses admitidas no EDITAL.

10. CREDENCIAMENTO

10.1. Cada PROPONENTE poderá ter até 2 (dois) REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

10.2. Os documentos de representação para fins de credenciamento, que deverão estar contidos no **ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**, são:

(i) última alteração consolidada do contrato social, estatuto ou ato constitutivo registrada no registro comercial ou cartório competente, indicando o responsável ou os responsáveis pela administração da PROPONENTE, acompanhada, ainda, de todas as alterações posteriores, se houver, e, no caso das sociedades anônimas, as atas de eleição dos administradores;

(ii) certidão simplificada atualizada da PROPONENTE, demonstrando que não houve alterações societárias posteriores às apresentadas;

(iii) quando o(s) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S) não for(em) o administrador ou administradores da PROPONENTE: instrumento de mandato que comprove poderes para praticar, em nome da PROPONENTE, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA, nos moldes do modelo de Carta de Credenciamento constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações, com firma reconhecida do administrador ou administradores da PROPONENTE;

(iv) no caso de CONSÓRCIO: instrumento público ou particular de constituição do CONSÓRCIO, atendendo aos requisitos do item 8.1.1 deste EDITAL, subscrito pelos representantes das consorciadas, a fim de demonstrar qual é a empresa líder, responsável pela representação do CONSÓRCIO;



(v) no caso de CONSÓRCIO: últimas alterações consolidadas do contrato social, estatuto ou ato constitutivo de cada uma das consorciadas, registradas nos registros comerciais ou cartórios competentes, indicando os responsáveis pela administração de cada uma das consorciadas, acompanhadas, ainda, de todas as alterações posteriores, se houver, e, no caso de consorciadas que sejam sociedades anônimas, as atas de eleição dos administradores;

(vi) no caso de CONSÓRCIO: certidões simplificadas atualizadas de cada uma das consorciadas, demonstrando que não houve alterações societárias posteriores às apresentadas; e

(vii) no caso de CONSÓRCIO, quando o(s) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S) não for(em) o próprio administrador ou administradores da empresa líder: instrumento de mandato que comprove poderes para praticar, em nome do CONSÓRCIO, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA, nos moldes do modelo de Carta de Credenciamento constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações, com firma reconhecida do administrador ou administradores da empresa líder.

10.3. Aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS é garantida a possibilidade de intervir e praticar atos durante as sessões públicas da CONCORRÊNCIA.

10.4. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única PROPONENTE ou CONSÓRCIO.

10.5. A falta de apresentação do envelope ou de qualquer dos documentos correspondentes ao credenciamento não impedirá a participação da respectiva PROPONENTE, ficando vedada, porém, a possibilidade de intervenção e prática de quaisquer atos por quaisquer representantes durante as sessões públicas, uma vez que não haverá REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

11. PROPOSTA COMERCIAL



11.1. Após o credenciamento dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS será dado início à fase de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, no âmbito da qual haverá a apresentação de apenas 1 (uma) PROPOSTA COMERCIAL por PROPONENTE, sob pena de inabilitação, o que ocorrerá de acordo com as regras e a partir da análise dos documentos referidos nos itens abaixo, que deverão estar contidos no **ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL**.

11.2. O **ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL** conterá os seguintes documentos:

(i) PROPOSTA COMERCIAL das PROPONENTES, que deverá seguir o modelo constante no ANEXO IV – Modelo de Proposta; e

(ii) documentação correspondente à GARANTIA DE PROPOSTA, que deverá seguir o modelo constante no ANEXO V – Garantia da Proposta e respeitar as condições previstas na Cláusula 12, abaixo;

11.3. Na elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL as PROPONENTES deverão considerar todas as obrigações e especificações constantes no CONTRATO e em seus ANEXOS para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS, de modo a garantir nível de qualidade adequado, de acordo com os indicadores de desempenho, dos SERVIÇOS ao longo de toda a vigência da CONCESSÃO.

11.4. A PROPOSTA COMERCIAL da PROPONENTE deverá registrar o valor do lance inicial que a PROPONENTE pretende oferecer ao PODER CONCEDENTE pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO.

11.5. A PROPOSTA COMERCIAL é incondicional e deverá considerar o valor mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data-base de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, como pagamento pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO.

11.5.1. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data para recebimento dos envelopes, mantidas todas as suas condições durante esse período.



11.5.2. Cada PROPONENTE individual ou CONSÓRCIO poderá apresentar apenas uma PROPOSTA COMERCIAL.

11.6. Ao apresentar a PROPOSTA COMERCIAL, a PROPONENTE declara ter pleno conhecimento a respeito das condições relativas aos valores a serem pagos ao PODER CONCEDENTE a título de OUTORGA VARIÁVEL, nos termos do que está previsto no CONTRATO e em seus ANEXOS.

12. GARANTIA DE PROPOSTA

12.1. Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar o CONTRATO, cada PROPONENTE deverá prestar GARANTIA DE PROPOSTA, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data marcada para a sessão de recebimento dos envelopes, em valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do CONTRATO, constante do item 22.1 deste Edital.

12.2. A GARANTIA DE PROPOSTA poderá, por opção da PROPONENTE, ser feita por meio das seguintes modalidades:

- (i) Caução em dinheiro;
- (ii) Títulos da Dívida Pública;
- (iii) Seguro-garantia; e/ou
- (iv) Fiança bancária.

12.3. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser prestada por uma única pessoa jurídica que o compõe ou dividida entre uma ou mais consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e conste a denominação do CONSÓRCIO e a indicação das consorciadas.

12.4. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser prestada em benefício do PODER CONCEDENTE, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.



12.5. É de integral responsabilidade das PROPONENTES a prova de existência e de suficiência da GARANTIA DE PROPOSTA prestada para os fins desta LICITAÇÃO, devendo as LICITANTES apresentar a documentação necessária para tanto, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA DE PROPOSTA e demais consequências aplicáveis, inclusive a desclassificação da LICITANTE.

12.6. A GARANTIA DE PROPOSTA prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada em conta a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA DE PROPOSTA.

12.7. Quando a GARANTIA DE PROPOSTA for representada por Títulos da Dívida Pública Federal, deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória. Somente serão aceitos os títulos arrolados abaixo, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor:

- (i) Letras do Tesouro Nacional (LTN);
- (ii) Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT);
- (iii) Notas do Tesouro Nacional Série B Principal (NTN-B Principal);
- (iv) Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B);
- (v) Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C); e
- (vi) Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F).



12.8. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente.

12.9. A GARANTIA DE PROPOSTA, apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por instituição que é banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizada a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro, devendo ser acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

12.10. A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida às PROPONENTES, inclusive à PROPONENTE vencedora, em até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura do CONTRATO.

12.11. Nos casos em que a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expirar antes da assinatura do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação da LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA.

12.11.1. No caso de renovação necessária após 01 (um) ano da sua apresentação, o valor da GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser reajustado pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo, entre o mês da DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS e o mês imediatamente anterior à renovação.

12.12. Caso a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expire antes da entrega da GARANTIA DE EXECUÇÃO, a PROPONENTE vencedora obriga-se a providenciar sua imediata renovação.

12.13. Caso o CONTRATO não seja assinado, a GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida em até 10 (dez) dias, contados da data em que formalizado o término da licitação.



12.14. A prática de quaisquer das condutas abaixo elencadas por qualquer PROPONENTE resultará na aplicação de multa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da GARANTIA DE PROPOSTA, após o regular procedimento administrativo:

- (i) solicitar a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante o seu período de validade;
- (ii) sendo vencedora, deixar de assinar o CONTRATO, seja por falta de atendimento às disposições pré-contratuais ou por desistência;
- (iii) praticar ato(s) ilícito(s) com vistas a frustrar os objetivos do certame, ou ensejar o retardamento do certame;
- (iv) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o PODER CONCEDENTE; e
- (v) apresentar documento ou informação sabidamente falsa, ou, ainda, omitir informação relevante para os fins desta CONCORRÊNCIA, assim consideradas aquelas relacionadas às condições de habilitação, de condições de participação e de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, nos termos deste EDITAL.

12.15. A GARANTIA DE PROPOSTA, prestada em qualquer das modalidades previstas neste EDITAL, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela PROPONENTE relativamente à participação nesta CONCORRÊNCIA, que não as previstas expressamente em lei ou na regulamentação vigente.

12.16. É vedada qualquer modificação dos termos e condições da GARANTIA DE PROPOSTA, salvo mediante prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE no momento de eventual renovação, ou para recomposição de valor econômico e condições de exequibilidade.

12.17. A LICITANTE que deixar de apresentar ou não tiver garantia da proposta aceita pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO será desclassificada do certame.

13. HABILITAÇÃO

13.1. Após o credenciamento dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS e o julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas pelas PROPONENTES, será dado início à fase de habilitação, no âmbito da qual haverá a aferição da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica da PROPONENTE vencedor da PROPOSTA COMERCIAL, o que ocorrerá de acordo com as regras e a partir da análise dos documentos referidos nos itens abaixo, que deverão estar contidos no **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

13.2. Ainda que referidos abaixo, os documentos de habilitação que já tiverem sido apresentados no **ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO** não precisarão ser apresentados novamente, devendo a COMISSÃO DE LICITAÇÃO observar os referidos documentos para habilitar ou inhabilitar uma PROPONENTE.

13.3. Para a habilitação jurídica, a PROPONENTE deverá apresentar:

(i) última alteração consolidada do contrato social, estatuto ou ato constitutivo registrada no registro comercial ou cartório competente, indicando o responsável ou os responsáveis pela administração da PROPONENTE, acompanhada, ainda, de todas as alterações posteriores, se houver, e, no caso das sociedades anônimas, as atas de eleição dos administradores;

(ii) certidão simplificada atualizada da PROPONENTE, demonstrando que não houve alterações societárias posteriores às apresentadas; e



(iii) no caso de CONSÓRCIO: (a) instrumento público ou particular de constituição do CONSÓRCIO, atendendo aos requisitos do item 8.1.1 deste EDITAL, subscrito pelos representantes das consorciadas, a fim de demonstrar qual é a empresa líder responsável pela representação do CONSÓRCIO; (b) últimas alterações consolidadas do contrato social, estatuto ou ato constitutivo de cada uma das consorciadas, registradas nos registros comerciais ou cartórios competentes, indicando os responsáveis pela administração de cada uma das consorciadas, acompanhadas, ainda, de todas as alterações posteriores, se houver, e, no caso de consorciadas que sejam sociedades anônimas, as atas de eleição dos administradores; e (c) certidões simplificadas atualizadas de cada uma das consorciadas, demonstrando que não houve alterações societárias posteriores às apresentadas.

13.4. Para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, os documentos abaixo listados deverão ser apresentados pela PROPONENTE ou, no caso de CONSÓRCIO, por todas as consorciadas:

- (i) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- (ii) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo à sede da PROPONENTE ou à sede de cada uma das consorciadas, em caso de CONSÓRCIO;
- (iii) prova de regularidade junto à Fazenda Federal, por meio de certidão válida emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional relativamente a tributos federais e à dívida ativa da União;
- (iv) prova de regularidade junto à Fazenda Estadual da sede da PROPONENTE individual ou da sede de cada uma das consorciadas, em caso de CONSÓRCIO, por meio de certidões válidas emitidas pela(s) respectiva(s) Fazenda(s) Estadual(is);
- (v) prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do Estado de Mato Grosso, por meio de certidão válida emitida pela respectiva Fazenda Estadual;



(vi) prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede da PROPONENTE individual ou da sede cada uma das consorciadas, em caso de CONSÓRCIO, por meio de certidões válidas emitidas pela(s) respectiva(s) Fazenda(s) Estadual(is);

(vii) prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

(viii) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
e

(ix) prova de regularidade trabalhista, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

13.5. As certidões apresentadas para fins de atendimento às exigências de regularidade fiscal e trabalhista nas quais não conste prazo de validade serão aceitas se emitidas até 90 (noventa) dias antes da data para recebimento dos envelopes.

13.6. As certidões referidas nos incisos (iv), (v), (vi) e (vii) acima devem ser apresentadas independentemente de a PROPONENTE ou as consorciadas, em caso de CONSÓRCIO, estar(em) inscrita(s) nos correspondentes cadastros estaduais e/ou municipais. Caso não haja emissão da correspondente certidão, deverá ser apresentado documento expedido por órgão público que ateste tal situação.

13.7. Caso a PROPONENTE individual ou consorciada não seja a matriz, deverão ser apresentados os documentos de regularidade fiscal e trabalhista da matriz e, também, da filial responsável.

13.8. Serão aceitas para os documentos relativos à regularidade fiscal certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.



13.9. A apresentação de documento falso por parte da PROPONENTE individual ou por parte de qualquer consorciada, em caso de CONSÓRCIO, ensejará a inabilitação da PROPONENTE individual ou do CONSÓRCIO, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

13.10. Para a comprovação de qualificação econômico-financeira, os documentos abaixo listados deverão ser apresentados pela PROPONENTE ou, no caso de CONSÓRCIO, por cada uma das consorciadas:

- (i) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e quando exigido pela legislação brasileira;
- (ii) comprovação de que a PROPONENTE individual tem patrimônio líquido mínimo no montante de 30% (trinta por cento) do VALOR DO CONTRATO, sendo que o mesmo montante deverá ser respeitado no caso de CONSÓRCIO, com a ressalva de que será considerado o somatório dos patrimônios líquidos de cada consorciada, de forma proporcional à sua respectiva participação no CONSÓRCIO; e
- (iii) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da comarca do Município onde se encontra a sede da PROPONENTE individual ou de cada uma das consorciadas, em caso de CONSÓRCIO, emitida(s) até 90 (noventa) dias corridos antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação.

13.10.1. Para fins deste EDITAL, entende-se por apresentados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, conforme a seguir:

- (i) em se tratando de PROPONENTE constituída há menos de 1 (um) ano, deverá ser apresentado, em substituição ao balanço patrimonial, o balanço de abertura;
- (ii) em se tratando de sociedades que não estejam sujeitas à Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o balanço e as demonstrações contábeis devem ser



acompanhados da ata da assembleia ou reunião de quotistas que os aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, a depender do modelo societário. O balanço e as demonstrações contábeis poderão ser apresentados: (a) por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da PROPONENTE ou da consorciada ou em outro órgão equivalente, a depender do modelo societário; ou (b) por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da PROPONENTE ou da consorciada, ou em outro órgão equivalente, a depender do modelo societário, datados e assinados pelo responsável da empresa e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC; ou (c) por documento emitido via internet do Balanço e das Demonstrações Contábeis, desde que assinados digitalmente pelo responsável pela sociedade e por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, utilizando-se de certificado de segurança mínimo tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, em conjunto com o comprovante de entrega digital; e

(iii) em se tratando de sociedades por ações, regidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o balanço deverá ser apresentado por meio de publicação nos termos do art. 289 de referida Lei, devendo estar acompanhado de comprovação de que foi aprovado por assembleia geral ordinária ou extraordinária, cuja ata tenha sido devidamente registrada na Junta Comercial e publicada nos termos do art. 289 de referida lei, sendo que todas as publicações deverão estar arquivadas na Junta Comercial.



13.11. Além do atestado de visita técnica a ser concedido pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO na forma do Item 7.2 deste EDITAL, caso realizada a visita técnica, ou, então, a apresentação de declaração de dispensa de visita técnica, conforme constante no Anexo II – Modelos de Cartas e Declarações, para comprovação de qualificação técnica, a PROPONENTE individual, ou, no mínimo, uma das consorciadas, deverá apresentar atestado(s) de capacidade, emitido(s) por pessoa de direito público ou privado, comprovando que a PROPONENTE ou a(s) consorciada(s) executou(aram), e/ou subcontrataram, ou está(ão) executando obras e serviços de características técnicas similares às das obras e serviços objeto da presente licitação, bem como documentos que comprovem experiência na exploração comercial, operação e manutenção de complexos hoteleiros com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) unidades destinadas ao recebimento de hóspedes.

13.11.1. A experiência exigida como qualificação técnica também poderá ser comprovada, pela PROPONENTE INDIVIDUAL ou pela(s) consorciada(s), por meio de atestados emitidos em nome de:

(i) empresa que seja sua CONTROLADA, CONTROLADORA, e/ou empresa sob CONTROLE comum, direta ou indiretamente, desde que tal situação seja comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do EDITAL; ou

(ii) empresa sobre cujo capital social a PROPONENTE ou a(s) consorciada(s), isoladamente ou em conjunto, detenha(m) participação, direta ou indireta, correspondente a pelo menos 30% (trinta por cento), desde que tal situação seja comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do EDITAL.

13.11.2. O(s) atestado(s) deverão apresentar de forma clara e inequívoca as informações exigidas, e deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

13.11.2.1. atividades e serviços (objeto) a que se refere;

13.11.2.2. local da realização das atividades e serviços a que se refere;



- 13.11.2.3. características das atividades e serviços a que se refere;
- 13.11.2.4. valor total do empreendimento a que se refere;
- 13.11.2.5. percentual de participação da PROPONENTE ou consorciada no empreendimento a que se refere, quando for o caso;
- 13.11.2.6. descrição das atividades exercidas no consórcio pela PROPONENTE ou consorciada, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- 13.11.2.7. nome ou razão social do emitente; e
- 13.11.2.8. nome e identificação do signatário do atestado.
- 13.11.3. Caso o(s) atestado(s) apresentado(s) não demonstre(m) de forma clara e inequívoca o conteúdo exigido pelos subitens acima, deverão ser apresentados documentos complementares que supram eventuais omissões.
- 13.11.4. A conformidade dos atestados poderá ser verificada por meio de diligência da COMISSÃO DE LICITAÇÃO destinada a averiguar a qualificação técnica da PROPONENTE, nos termos deste EDITAL, sendo que o não atendimento das exigências editalícias implicará a inabilitação da PROPONENTE.
- 13.12. Além dos documentos exigidos nos itens anteriores, a PROPONENTE individual ou cada uma das consorciadas também deverá apresentar, as seguintes declarações, assinadas pelos respectivos representantes legais:
- (i) declaração de aceitação das condições do EDITAL, conforme modelo de Declaração de Aceitação das Condições do Edital constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações;
- (ii) declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo de Declaração de Menores constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações;



(iii) declaração de que não se encontra em processo de: (i) falência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, (iii) liquidação judicial ou extrajudicial, (iv) insolvência, (v) administração especial temporária, ou (vi) intervenção, conforme modelo de Declaração de Inexistência de Processo Falimentar constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações;

(iv) declaração de que inexistente fato impeditivo à sua participação na CONCORRÊNCIA conforme modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações;

(v) declaração de que possui capacidade financeira para a execução da CONCESSÃO, conforme modelo de Declaração de Capacidade Financeira constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações;

(vi) declaração de que se encontra em condição de regularidade perante o Ministério do Trabalho – MT, conforme modelo de Declaração de Regularidade perante o MT constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações; e

(vii) declaração de que assume o compromisso de contratar a garantia para a execução do CONTRATO, conforme modelo de Declaração de Compromisso de Contratação de Garantia constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações.

13.13. As PROPONENTES individuais ou reunidas em CONSÓRCIO deverão apresentar TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, conforme modelo de Termo de Compromisso de Constituição de SPE constante do ANEXO II – Modelos de Cartas e Declarações, devidamente assinado pelos representantes legais da PROPONENTE ou de cada uma das consorciadas, as quais deverão ter participação idêntica à mantida no CONSÓRCIO.

13.13.1. Em caso de CONSÓRCIO, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE deverá prever que a SPE terá composição idêntica à prevista no instrumento de constituição de consórcio, mantendo-se todas as condições estabelecidas ao tempo da entrega das propostas;



13.13.2. No caso de PROPONENTE individual, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE deverá expressar claramente que a SPE a ser constituída será subsidiária integral da PROPONENTE.

14. COMISSÃO DE LICITAÇÃO

14.1. A CONCORRÊNCIA será processada e julgada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.

14.2. No processo de tomada de decisões, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá solicitar auxílio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, da Procuradoria Geral do Estado, de consultores contratados, bem como de outros membros da Administração Pública que não integrem a COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

14.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá:

- (i) solicitar às PROPONENTES, a qualquer momento, com a devida publicidade, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
- (ii) promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou a complementar a instrução da CONCORRÊNCIA, vedada a autorização de inclusão posterior de documento(s) ou informação(ões) que deveria(m) constar originariamente nos documentos apresentados por qualquer PROPONENTE; e
- (iii) postergar as datas e/ou reabrir prazos para recebimento e abertura dos envelopes na hipótese de alteração do EDITAL que afete substancialmente a forma da elaboração dos DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e/ou da PROPOSTA COMERCIAL.

14.4. Qualquer alteração no EDITAL será publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e/ou no sítio eletrônico oficial do Estado de Mato Grosso.



14.5. A recusa a fornecer esclarecimentos e documentos ou em cumprir as exigências solicitadas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste EDITAL, poderá ensejar a inabilitação ou a desclassificação da PROPONENTE, a depender do caso, hipótese em que será assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

15.1. A sessão pública da CONCORRÊNCIA será realizada a partir das [●]h, do dia [●] de [●] de 201[●], na [●], na Rua [●], nº [●], bairro [●], na cidade de Cuiabá/MT, conforme disposto no Preâmbulo, quando a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proclamará o recebimento dos envelopes de cada PROPONENTE, protocolados na forma prevista por este EDITAL.

15.2. O ato de abertura dos envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas só poderão se manifestar os REPRESENTANTES CREDENCIADOS das PROPONENTES, sendo vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

15.3. Após o início da sessão pública, será aberto o **ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO** de cada uma das PROPONENTES, sendo os REPRESENTANTES CREDENCIADOS convidados a rubricar os lacres dos Envelopes 2 e 3, bem como o conteúdo do Envelope 1 das demais PROPONENTES.

15.4. Em seguida, será aberto o **ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL** de cada uma das PROPONENTES.

15.4.1. Abertos os Envelopes, os REPRESENTANTES CREDENCIADOS de cada PROPONENTE serão convidados a rubricar seu conteúdo.



15.5. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO anunciará individualmente o valor de pagamento pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO consignado na PROPOSTA COMERCIAL de cada PROPONENTE, com indicação da respectiva ordem de classificação preliminar das propostas recebidas.

15.6. A classificação preliminar das PROPOSTAS COMERCIAIS obedecerá à ordem decrescente do valor de pagamento pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO proposto pelas PROPONENTES.

15.7. Serão desclassificadas as PROPONENTES:

- (i) que não apresentarem os documentos exigidos para o **ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL**, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;
- (ii) cuja PROPOSTA COMERCIAL contenha rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- (iii) que contiver emendas, ressalvas ou omissões;
- (iv) que implicar oferta submetida a condição ou termo não previsto neste EDITAL;
- (v) que apresentarem PROPOSTA COMERCIAL que não estiver totalmente expressa em Reais (R\$), ou não atender ao disposto no ANEXO IV – Modelo de Proposta;
- (vi) que apresentarem PROPOSTA COMERCIAL inexecutável nos termos do inciso II do art. 48 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- (vii) cuja PROPOSTA COMERCIAL não esteja redigida em português;
- (viii) cujo valor for inferior ao valor mínimo estabelecido no item 11.7.



15.8. Será considerada preliminarmente classificada em primeiro lugar a PROPONENTE que apresentar o maior valor de pagamento pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO, conforme os critérios deste EDITAL e desde que atendidos os requisitos acima.

15.9. O Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO divulgará em voz alta a ordem de classificação preliminar das PROPOSTAS COMERCIAIS e convidará para apresentar lances verbais apenas as PROPONENTES que tiverem apresentado as 2 (duas melhores) propostas, resguardada a possibilidade da ocorrência de empate entre PROPONENTES que tiverem apresentado a mesma proposta.

15.10. Definidas as PROPONENTES que poderão apresentar lances verbais, o Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO dará início a etapa de lances, a partir da PROPONENTE que estiver pior classificada, seguida das demais, de forma sucessiva e em valores distintos e crescentes.

15.10.1. Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS com idênticas condições, serão elas consideradas preliminarmente classificadas na mesma posição de classificação preliminar, realizando-se sorteio para determinar a ordem em que serão apresentadas as ofertas de lances verbais.

15.11. O valor de incremento mínimo entre os lances verbais não poderá ser inferior ao montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

15.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pelo Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, importará na exclusão da PROPOSTA COMERCIAL da PROPONENTE da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último valor por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas.

15.12.1. Caso todas as PROPONENTES aptas a apresentar lances verbais se recusem a fazê-lo, a ordem de classificação preliminar das PROPOSTAS COMERCIAIS será mantida e o eventual empate entre as PROPONENTES aptas a apresentar lances verbais será resolvido na forma do art. 45, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.



15.13. O Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a formulação dos lances verbais, mediante prévia comunicação aos presentes e expressa menção na ata da sessão.

15.14. As PROPONENTES deverão observar as seguintes condições para oferecimento de lances verbais:

- (i) os lances verbais deverão ser oferecidos no tempo estabelecido pelo Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO;
- (ii) os lances verbais deverão observar o valor de incremento mínimo entre os lances;
- (iii) somente serão aceitos os lances verbais cujos valores forem superiores ao último ofertado pela própria ofertante, ainda que não superiores ao maior lance até então ofertado; e
- (iv) não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

15.15. A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO considerar necessário, sendo assegurado a todas as PROPONENTES participantes da etapa de lances apresentar um novo lance quando o seu lance anterior restar superado pelo lance de outra PROPONENTE.

15.16. Declarada encerrada a etapa de lances verbais, serão reordenadas as PROPOSTAS COMERCIAIS das PROPONENTES que tiverem participado de tal etapa, devendo o Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO divulgar a decisão referente à classificação final das PROPOSTAS COMERCIAIS, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no sítio eletrônico [●].



15.17. Proferida a decisão sobre a classificação final das PROPOSTAS COMERCIAIS, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO dará vista da documentação apresentada, bem como da ata da sessão de abertura do **ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL** e abrirá prazo para eventual recurso.

15.18. Havendo renúncia expressa do direito de recurso por todas as PROPONENTES, ou julgados os recursos referentes à fase de julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação das PROPONENTES, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proferirá o resultado do PROPONENTE vencedor da PROPOSTA COMERCIAL e passará à fase de habilitação da LICITAÇÃO.

16. JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. Após encerrada a fase de apresentação das PROPOSTAS COMERCIAIS, nos termos da Cláusula 15, acima, será aberto o **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA PROPONENTE** com a PROPOSTA COMERCIAL vencedora.

16.1.1. Aberto o envelope, os REPRESENTANTES CREDENCIADOS de cada PROPONENTE serão convidados a rubricar seu conteúdo.

16.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO verificará o atendimento aos requisitos de habilitação previstos pelo EDITAL, podendo suspender a sessão para análise mais detida dos documentos apresentados.

16.3. Será inabilitada a PROPONENTE:

- (i) que não apresentar os documentos exigidos para o **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL; e
- (ii) que não satisfizer a todos os requisitos estabelecidos neste EDITAL e em seus ANEXOS.



16.3.1. A inabilitação de qualquer CONSORCIADO ensejará a inabilitação de todo o CONSÓRCIO.

16.4. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO divulgará a decisão sobre a habilitação ou inabilitação da PROPONENTE, seja PROPONENTE INDIVIDUAL ou CONSÓRCIO, na mesma sessão, sendo divulgada, ainda, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no sítio eletrônico [●].

16.4.1. Proferida a decisão sobre habilitação ou inabilitação da PROPONENTE vencedora da PROPOSTA COMERCIAL, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO dará vista da documentação apresentada e abrirá prazo para eventual recurso.

16.4.2. Se a PROPONENTE classificada em primeiro lugar na PROPOSTA COMERCIAL não for apta à habilitação, nos termos do previsto neste EDITAL, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em sessão pública a ser oportunamente designada, abrirá o **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da PROPONENTE classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, repetindo-se os procedimentos descritos neste item.

16.5. Havendo renúncia expressa do direito de recurso pela PROPONENTE vencedora, julgados os recursos existentes, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação de qualquer das PROPONENTES, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proferirá o resultado final da CONCORRÊNCIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no sítio eletrônico [●] e os autos serão encaminhados à autoridade superior para homologação e adjudicação.

16.6. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO fará constar dos autos da CONCORRÊNCIA relatório no qual consignará todos os procedimentos havidos, bem como descreverá de forma detalhada a classificação, a fase de lances verbais e o julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas pelas PROPONENTES.



16.7. Nos termos do art. 48, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, caso todas as PROPONENTES sejam inabilitadas ou desclassificadas, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação pelas PROPONENTES de novos documentos escoimados das causas que determinaram a inabilitação ou desclassificação.

17. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. As PROPONENTES que participarem da CONCORRÊNCIA poderão recorrer das decisões referentes à:

- (i) análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO;
- (ii) classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS;
- (iii) imposição de penas de advertência ou multa; e
- (iv) revogação ou anulação da licitação.

17.1.1. O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata da sessão pública, conforme o caso.

17.1.2. O protocolo do recurso deverá ocorrer:

- (i) por meio de protocolo na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; ou
- (ii) por meio de correspondência dirigida ao endereço eletrônico [●], acompanhada do arquivo digital, em formato “.pdf”.

17.1.3. A interposição de recurso será comunicada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso às demais PROPONENTES, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, devendo observar o mesmo meio de protocolo.



17.1.4. Os recursos e as impugnações aos recursos deverão ser dirigidos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por intermédio do presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-los à Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

17.1.5. O prazo para o julgamento dos recursos será de 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

17.2. Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), REPRESENTANTES CREDENCIADOS, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração desses poderes.

17.3. Os recursos admitidos na forma deste EDITAL terão efeito suspensivo.

17.4. Concluídos o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e divulgado no sítio eletrônico [●].

18. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. O julgamento da CONCORRÊNCIA será submetido à homologação e adjudicação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que adjudicará o objeto da CONCORRÊNCIA à PROPONENTE vencedora.

18.2. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente convocará, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento de referida correspondência.

18.2.1. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado pelo mesmo período, a pedido da ADJUDICATÁRIA, desde que ocorra motivo justificado para tanto.

18.3. A assinatura do CONTRATO ficará condicionada à apresentação, pela ADJUDICATÁRIA, dentro do prazo indicado no item 18.2, de prova de:



- (i) constituição da SPE, por meio do estatuto social da SPE, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, da certidão do registro empresarial competente, e do comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- (ii) integralização de capital social da CONCESSIONÁRIA no montante equivalente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, em moeda corrente nacional e compromisso de integralização do restante em até 24 (vinte e quatro meses); e
- (iii) contratação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do CONTRATO.
- (iv) PLANO DE NEGÓCIOS.

18.3.1. Na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS, a ADJUDICATÁRIA deverá considerar todas as obrigações e especificações constantes no CONTRATO e em seus ANEXOS para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS, de modo a demonstrar nível de qualidade adequado, de acordo com os indicadores de desempenho, dos SERVIÇOS ao longo de toda a vigência da CONCESSÃO, acompanhado dos seguintes conteúdos e documentos mínimos:

- a) Plantas básicas e estudos preliminares de implantação do empreendimento, demonstrando a proposta das intervenções pela ADJUDICATÁRIA;
- b) Descrição das intervenções obrigatórias e de eventuais empreendimentos acessórios;
- c) Modelo Econômico-Financeiro;
- d) Orçamento estimado da implantação, organizado com nível de detalhamento suficiente para caracterização adequada dos investimentos, organizados por (i) complexos; (ii) setores; e (iii) equipamentos;



- e) Plano de operação e manutenção; e
- f) Plano de exploração das atividades comerciais.

18.4. Se dentro do prazo de validade de sua PROPOSTA COMERCIAL e após convocação, a ADJUDICATÁRIA se recusar a assinar o CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá aplicar multas, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE PROPOSTA, assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório ou pleitear indenizações por perdas e danos sofridos pela Administração.

18.5. Se a ADJUDICATÁRIA se recusar a assinar o CONTRATO no prazo estabelecido no item 18.2 sem justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE, ou, ainda, não cumprir quaisquer das exigências prévias à assinatura do CONTRATO, fica a COMISSÃO DE LICITAÇÃO autorizada a convocar as demais PROPONENTES, na ordem de classificação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS para proceder a assinatura do CONTRATO, nas condições apresentadas pela ADJUDICATÁRIA.

18.6. O PODER CONCEDENTE, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a CONCORRÊNCIA se verificada ilegalidade que não possa ser sanada.

18.7. A nulidade da CONCORRÊNCIA implica a nulidade do CONTRATO, não gerando obrigação de indenizar por parte do PODER CONCEDENTE, ressalvado o disposto no art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.8. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da CONCORRÊNCIA, nos termos da legislação, sem que caiba às PROPONENTES direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

18.9. Serão inutilizados os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS COMERCIAIS das PROPONENTES desclassificadas que não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO.

19. CONCESSIONÁRIA



19.1. A CONCESSIONÁRIA será uma SPE, tendo como objeto social único a exploração da CONCESSÃO e das ATIVIDADES RELACIONADAS, na forma do CONTRATO, podendo realizar a cobrança de PASSES, TARIFAS E INGRESSOS, a seu exclusivo critério, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades.

19.1.1. Sendo a ADJUDICATÁRIA uma PROPONENTE individual, a CONCESSIONÁRIA deverá ser sua subsidiária integral.

19.1.2. Sendo a ADJUDICATÁRIA um CONSÓRCIO, a CONCESSIONÁRIA deverá ter como acionistas os integrantes do CONSÓRCIO, na proporção de sua participação, conforme constar do termo de compromisso de constituição de SPE.

19.2. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada a este EDITAL, à PROPOSTA COMERCIAL apresentada e aos demais documentos entregues para assinatura do CONTRATO, aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que se referir à exploração da CONCESSÃO.

20. CONTRATO

20.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do ANEXO I – Minuta do Contrato de Concessão e Anexos.

20.2. A lei aplicável ao CONTRATO será a lei brasileira.

20.3. O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

21. PRAZO DA CONCESSÃO

21.1. O prazo da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

22. VALOR DO CONTRATO



22.1. O VALOR DO CONTRATO é de R\$ 20.624.186,00 (vinte milhões seiscentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e seis reais), calculado com base no valor estimado dos investimentos a serem feitos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das OBRAS, manutenção e operação do PARQUE ESTADUAL.

22.2. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas decorrentes desta CONCORRÊNCIA correrão por conta do crédito orçamentário em dotação a ser posteriormente definida quando da assinatura do CONTRATO, incluindo seus correspondentes nos anos subsequentes e suas eventuais suplementações.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente poderá modificar o presente EDITAL ou seus ANEXOS, a qualquer momento antes da abertura deste certame, quando houver incontroversa violação aos preceitos legais ou prejuízo ao interesse público, nos termos da legislação vigente.

23.1.1. Qualquer modificação neste EDITAL exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.2. Para a apresentação da documentação exigida neste EDITAL, a PROPONENTE deverá examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas.

23.3. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos para a apresentação da documentação exigida neste EDITAL serão consideradas de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE.

23.4. O prazo de vigência do CONTRATO poderá ser prorrogado ou renovado, na forma do CONTRATO e de acordo com o estipulado no art. 23, inciso XII, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.



Governo de
**Mato
Grosso**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Edital de Concorrência Pública n.º [●]/202[●]

Processo n.º 202[●]-[●]



PARTE IV – ANEXOS AO EDITAL

Nos termos art. 40, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os ANEXOS a seguir listados constituem parte integrante deste EDITAL, como se seus conteúdos nele estivessem transcritos e vinculam as PROPONENTES e o PODER CONCEDENTE.

ANEXO I:	Minuta do Contrato de Concessão e Anexos
ANEXO II:	Modelos de Cartas e Declarações
ANEXO III:	Limites Territoriais da Concessão
ANEXO IV:	Modelo de Proposta de Preço
ANEXO V:	Garantia de Proposta